

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 401, DE 2024

Disciplina a proibição do direito à prestação de alimentos àquele que abandonou afetivamente.

Autor: Deputado MARCELO QUEIROZ

Relator: Deputado DR. REMY SOARES

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 401, de 2024, de iniciativa do Deputado Marcelo Queiroz, trata de alterar o Código Civil (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), prevendo o acréscimo de parágrafo único ao art. 1.696 a fim de estabelecer que não serão devidos alimentos à pessoa que abandonou afetivamente aquele, em tese, em razão de filiação ou parentesco, seria devedor dos alimentos.

É indicado, no âmbito da mencionada proposição, que a lei almejada entrará em vigor na data de sua publicação oficial.

No âmbito da justificção oferecida à referida proposta legislativa pelo respectivo autor, foi assinalado que “permitir a concessão de alimentos para quem abandonou afetivamente” o pretense alimentante “não se coaduna com os princípios de justiça e equidade”, visto ser o abandono afetivo “mazela de muita gravidade que causa danos irreparáveis”.

Consoante o que foi despachado nesta Câmara dos Deputados, o referido projeto de lei encontra-se distribuído, para análise e parecer, às Comissões de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família e de Constituição e Justiça e de Cidadania (a essa



última para pronunciamento nos termos do previsto no art. 54 do Regimento Interno desta Casa) a fim de tramitar em regime ordinário, sujeitando-se à apreciação conclusiva das Comissões.

Consultando os dados e informações disponíveis relativos à tramitação da aludida matéria legislativa no âmbito desta Casa, verificamos que, no curso do prazo concedido para oferecimento de emendas neste Colegiado, nenhuma foi apresentada.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, nos termos do disposto no art. 32, caput e respectivo inciso XXIX, alíneas “h” e “i”, do Regimento Interno desta Câmara dos Deputados, pronunciar-se sobre o mérito de matérias legislativas que versem sobre direito de família e do menor, bem como relativas à família, ao nascituro, à criança e ao adolescente.

Como a medida legislativa proposta no âmbito do projeto de lei em tela versa sobre direito de família, cabe a esta Comissão sobre o mérito de tal proposição se manifestar.

Sob esse prisma, passemos à análise da mencionada iniciativa legislativa.

A Constituição Federal, além de enunciar os primados da dignidade da pessoa humana (Art. 1º, caput e respectivo inciso III) e da solidariedade (Art. 3º, caput e respectivo inciso I), estabelece, no âmbito de seu Art. 229, que “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.

Na esteira dessas previsões constitucionais, o Código Civil estipula, no art. 1.694, que “Podem os parentes, os cônjuges ou companheiros pedir uns aos outros os alimentos de que necessitem para viver de modo



compatível com a sua condição social, inclusive para atender às necessidades de sua educação (caput), os quais serão “fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada” (§ 1º) ou abrangerão apenas o que for indispensável “à subsistência, quando a situação de necessidade resultar de culpa de quem os pleiteia” (§ 2º).

O referido Código prevê ainda, em seu art. 1.696, que “O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros”.

Ocorre que, apesar do caráter de reciprocidade do dever de prestar alimentos, não deveria, por exemplo, em nosso sentir e também em linha com proposto pelo autor da matéria legislativa sob exame, ter direito à percepção de alimentos aquele que, sem a retirada do poder familiar, não foi solidário ao filho menor quando lhe cabia, abandonando-o afetivamente (ou seja, deixando de cumprir deveres inerentes ao poder familiar ao se abster de assegurar ao filho o sustento, a guarda e a educação e sobretudo de lhe prestar atenção e afeto).

Por óbvio, esse mesmo raciocínio inverso se encaixa também aos casos que não envolvem diretamente relação de filiação, mas o parentesco em linha reta (entre descendentes e ascendentes). Assim, avós que, por exemplo, abandonaram afetivamente um neto menor órfão de pai e mãe, desvincilhando-se dos cuidados, da atenção e do afeto que a ele deveriam dirigir, não devem igualmente ter direito a alimentos futuramente a serem prestados por esse mesmo neto.

Em suma: nessas hipóteses de abandono afetivo parental ou de ascendente, é de não se permitir que seja invocada, por aspectos éticos, a reciprocidade prevista em lei do dever de prestar alimentos no âmbito do direito de família.

Nesse compasso, se o pai ou a mãe, por exemplo, deixar de cumprir os deveres inerentes ao poder familiar, não poderá se valer da reciprocidade do dever alimentar para pleitear alimentos ao filho afetivamente abandonado.



Vale ressaltar, aliás, que, em sintonia com esse pensamento, o próprio Código Civil, em seu art. 1.708, parágrafo único, já previu, quanto aos alimentos devidos com fundamento no direito de família, que, “com relação ao credor”, “cessa” “o direito a alimentos, se tiver procedimento indigno em relação ao devedor”.

Portanto, o que pretende a iniciativa legislativa em análise é tão somente explicitar em lei algo que já deve decorrer do previsto no parágrafo único do art. 1.708 do Código Civil, ou seja, que não serão devidos alimentos à pessoa que abandonou afetivamente aquele, em tese, em razão de filiação ou parentesco em linha reta, seria devedor dos alimentos.

Nesse compasso, é de se louvar a iniciativa legislativa em análise, razão pela qual impende acolhê-la.

Diante do exposto, o nosso voto, no âmbito deste Colegiado, é, portanto, pela aprovação do Projeto de Lei nº 401, de 2024.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado DR. REMY SOARES
Relator

2024-8371

